

O RECONHECIMENTO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB:

POLÍTICAS DO CAMPO DO PATRIMÔNIO COM
ÊNFASE EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

SUELEN DE ANDRADE SILVA, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) turma de 2014. Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (2013).

E-mail: sueelen77@hotmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i23p65-92>

O RECONHECIMENTO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB: POLÍTICAS DO CAMPO DO PATRIMÔNIO COM ÊNFASE EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

SUELEN DE ANDRADE SILVA

RESUMO

Localizado no sertão paraibano, o município de Pombal guarda uma rica herança da cultura popular do Estado, a qual chamou e ainda vem chamando a atenção dos mais diversos olhares. A observação da prática social e dos contextos vivenciados durante a Festa do Rosário mostra o quanto as manifestações são representantes da memória e identidade do lugar e significantes para a comunidade. Por isso, é imprescindível fomentar as práticas que prezem pela preservação da cultura local para as gerações futuras. Notamos na fala dos sujeitos, sejam eles parte da comunidade local ou mesmo visitantes, a vontade de que existam medidas para a proteção e preservação da cultura local. Assim, é representado o objeto de minha pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma análise do processo de patrimonialização das expressões culturais de Pombal, sobretudo, a Festa do Rosário de Pombal. São analisadas, especialmente, iniciativas em educação patrimonial, pensadas como principal ação de um processo de patrimonialização. Assim, este artigo enfatiza o patrimônio cultural como algo que não vale por si mesmo, mas que faz parte de uma dinâmica cultural de atribuição de valores historicamente construídos, em que os sujeitos são os responsáveis pela atribuição desses valores.

PALAVRAS-CHAVE

Referências culturais. Patrimonialização. Educação patrimonial.

THE RECOGNITION OF CULTURAL REFERENCES IN THE MUNICIPALITY OF POMBAL-PB: PATRIMONY POLICIES WITH EMPHASIS ON EQUITY EDUCATION ACTIONS

SUELEN DE ANDRADE SILVA

ABSTRACT

Located in the backlands of Paraíba, the municipality of Pombal holds a rich heritage of popular culture of the State, which called and is still draws the attention of the various looks. The observation of social practice and experienced contexts during the Feast of the Rosário shows us how the events are representatives of memory and identity of the place and significant for the community, so it is essential to promote practices that preserve the local culture for future generations. We note in the speech of the subjects, be they part of the local community or visitors, the will that there are measures for the protection and preservation of local culture. Thus, the object of my research is presented in the Professional Masters in Conservation of Cultural Heritage of the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan). An analysis of the patrimonial process of cultural expressions of Pombal, above all, the Feast of the Rosario in Pombal. Especially analyzed are initiatives in the field of heritage education, thought as the main action of a patrimonialization process. Thus, this article emphasizes that cultural heritage is not worth for yourself, but participating in a cultural dynamic assignment of values historically constructed, which are the subjects responsible for assigning values.

KEYWORDS

Cultural References. Patrimonialization. Patrimonial Education.

1 SITUANDO POMBAL (PB) E SUAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

O município de Pombal está localizado na mesorregião do sertão, a uma distância de 387 km da capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. A cidade é uma das mais antigas do Estado em termos de colonização e também uma das maiores no quesito territorial, com área de 889 km². Ao longo de décadas, o município tem atraído o olhar curioso e admirador dos mais diversos pesquisadores interessados em suas referências culturais¹. O centro histórico do município, tombado pelo órgão estadual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), há alguns anos vem sendo objeto de reivindicação de patrimonialização em âmbito nacional por alguns sujeitos moradores locais. Posto isto, o objetivo deste artigo é discutir processos atuais de patrimonialização de centros históricos, tendo como exemplo o caso do município de Pombal, na Paraíba, constituído da materialidade de seus prédios históricos e da imaterialidade de seus grupos folclóricos que conjuntamente formam a Festa do Rosário em Pombal.

1. Expressão utilizada para identificar a diversidade cultural, não apenas em sua produção material, mas também imaterial, e, sobretudo, para identificar os sentidos e valores atribuídos por seus detentores aos bens e práticas sociais reconhecidos como referências por eles (FONSECA, 2006, p. 88). Reconhecimento, que vai além da identificação e aprovação do Estado.

Atualmente, Pombal é uma cidade ocupada por uma população estimada em 32.712 habitantes (segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] de 2015²), que vivem da economia de pequenas indústrias e principalmente da agropecuária. O município aos poucos vem se expandindo com a construção de novos prédios públicos como escolas, hospitais, universidades, praças.

FIGURA 1
Centro de Pombal.
S/D. Foto: Acervo
Verneck Abrantes.



FIGURA 2
Centro de Pombal.
Anos 2000. Foto:
Junior Telmo.



Em relação ao processo de colonização de Pombal, remetemos inicialmente a Taise Farias (2011). Segundo a pesquisadora, nos anos de 1654 a 1667, teve como principal objetivo a recuperação da economia da capitania da Paraíba, que estava devastada após a invasão holandesa. Foi grande motivador das entradas no interior da capitania, tendo como objetivos principais a busca de metais preciosos e a captura de indígenas

2. Consulta ao site do IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=251210>). Acesso em: dez. 2015.

que seriam enviados ao litoral a fim de constituírem mão de obra escrava nos engenhos (FARIAS, 2011, p. 42). Assim, fatores político-econômicos e socioculturais foram determinantes para o processo de colonização do interior do Brasil colonial ser efetivado pela administração portuguesa a partir do século XVII (SARMENTO, 2007, p. 33), principalmente no que diz respeito ao processo de colonização do que hoje representa o sertão paraibano.

O município de Pombal foi edificado a partir da confluência de dois rios, o Piancó e o Piranhas. Nesse sentido, o Rio Piranhas foi essencial para o processo de ocupação da região, como costume das empreitadas coloniais, ocupação de territórios próximos à fonte de água. Essa confluência dos rios Piancó e Piranhas ocorre da serra paraibana com o Estado do Ceará, para o Rio Grande do Norte, onde se reúnem ao Rio Açu (BENJAMIM, 1977, p. 21). O Rio Piranhas ainda hoje é elemento que faz parte do cotidiano da população da cidade e arredores.

Há que se considerar que antes da colonização o território era habitado pelos índios da nação Cariri, muito comuns na região do sertão do nordeste (ABRANTES, 2008, p. 13). Entretanto, bibliografias indicam que a região do sertão das Piranhas era povoada pelos Tarairiús (considerando que habitavam as ribeiras dos rios, neste caso o do Piranhas) e suas tribos: Icó e Curemas, Janduís, Ariús, Pegas e Panatis.

Nessa conjuntura, foi iniciado o processo devastador de domínio dos povos originários naquela região, mortos ou escravizados pelo domínio do colonizador português. Os indígenas resistiram o quanto puderam. Nos sertões nordestinos de 1680 a 1730, reagiram em defesa de suas terras (FARIAS, 2011, p. 45). Deste modo, a conquista do território atual de Pombal está datada de 27 de julho de 1698, e o velho Arraial do Pinhancó passa a ser chamado Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Pinhancó, em alusão ao sucesso da conquista do colonizador. A povoação de Nossa Senhora do Bonsucesso se desenvolveu, vindo a ser eclesiasticamente elevada à categoria de freguesia por volta de 1721, data da construção da igreja matriz, também dedicada a Nossa Senhora do Bonsucesso (FARIAS, 2011, p. 46). Importante considerar este processo de colonização, e, sobretudo, a construção dessa igreja, em 1721, a qual demarcava o território onde seria construída a povoação, iniciativa típica

FIGURA 3

Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Cruzeiro. Foto: Acervo Iphan/PB.



dos conquistadores portugueses. A igreja, que inicialmente foi dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, padroeira local, viria a ser destinada à Irmandade do Rosário dos Pretos, passando a ser nominada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos³. Justifica-se essa descrição, tendo em vista o papel importante atual da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, considerando as solicitações atuais de tombamento da mesma.

Hoje, a igreja é local de realização de rituais religiosos (missas, batizados etc.) e festejos, como ponto alto das atividades religiosas, e alguns deles representantes da memória dos negros da Paraíba, considerando sua ocupação por seus antigos ancestrais. Observamos cânticos, cortejos e coroações de reis negros. Como bem aponta Benjamin (1979, p. 15), a

3. Em 1872, é iniciada a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que viria a substituir a atual Igreja do Rosário dos Pretos.

presença do negro no sertão ocorreu como consequência ao ciclo do algodão introduzido na região, presença que hoje se destaca principalmente pela introdução de riquíssimos elementos culturais trazidos por eles. Em Pombal, observamos a presença dos grupos dos Congos, Negros Pontões, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sendo que grande parte de seus membros estão inseridos em comunidades de remanescentes quilombolas, onde passaram a ser concebidos como núcleos de resistência e permanência dos negros no sertão da Paraíba. Ainda observamos a presença mais discreta do grupo do Reisado.

Em relação aos grupos, podemos defini-los resumidamente da seguinte forma:

Congos: formados por duas alas (azul e vermelho), usando chapéus pontudos, saiotos e maracas na mão, diferenciando-se apenas o rei. Apresentam-se por meio da entoação de cantos e da apresentação de danças, exclusivamente na Festa do Rosário, realizada no largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Negros dos Pontões: também compostos por duas alas (vermelha ou encarnada e azul) e são conduzidos pelo chefe dos Negros Pontões. Seu vestuário é composto por chapéu de palha com fitas coloridas e calça e camisa azuis ou vermelhas, com exceção do chefe, que se veste com roupa toda branca e um quepe estilo marinheiro. Usam assessórios como lanças com maracas e fitas coloridas (origem do nome pontões — de pontas ou lanças). São acompanhados pela banda Cabaçal, que toca ritmos tradicionais com instrumentos de sopro e percussão, como o pífano e a zabumba. Sua função na Festa do Rosário é acompanhar a Irmandade do Rosário, como se fosse a sua “guarda real”.

Irmandade do Rosário: fazem parte do grupo o rei, a rainha e outros doze irmãos distribuídos em funções, como tesoureiro, escrivão e zelador. Em sua origem, era responsável pela organização da Festa do Rosário. Atualmente, está inserida como um dos elementos que fazem parte dos ritos religiosos durante as celebrações religiosas da festa, como a condução do Rosário nas procissões.

Reisado: foi introduzido posteriormente na Festa do Rosário, considerando que originalmente fazia parte da Festa de Reis. Também se vestem de vermelho e azul e o ritmo é marcado por pandeiro e violão.

Composto por duas alas, usam espadas nas mãos. Representados por rei, secretário, mestre, contramestre, guia, contraguia, em alguns momentos aparecem com o boi (dança à parte das apresentações do Reisado) e o mateu (homem mascarado).

Os grupos tornaram-se referenciais da cultura local, considerando as múltiplas visões da festa: por moradores/frequentadores dos festejos locais; membros dos grupos folclóricos; sujeitos com ligação direta com a igreja; e frequentadores dos festejos que vem de fora do município, de cidades vizinhas. Fato que pode ser averiguado nas bibliografias e material audiovisual analisados ao longo de minha pesquisa, e também por meio do diálogo realizado com a população durante a Festa do Rosário nos anos de 2014 e 2015.

Reforçando a questão da forte identidade negra na cultura de Pombal, remetemos a sua entrada e escravização no interior do Estado da Paraíba. Como colocado anteriormente, o negro escravizado é levado ao sertão paraibano para a utilização da mão de obra escrava, a partir da economia algodoeira, no século XIX. Nesse período, já tinha representatividade na economia da província com a atividade algodoeira, motivo pelo qual a localidade passou a possuir um número considerável de escravos

FIGURA 4:
Grupos folclóricos de Pombal — Festa do Rosário de Pombal de 2015. Foto: Acervo Iphan/PB.



negros (FARIAS, 2011, p. 52). Antes disso, a principal atividade econômica era a pecuária extensiva (BENJAMIN, 1979, p. 23). Essa presença é representada até hoje por marcas culturais deixadas por eles, como acontece em Pombal com a presença dos Congos, dos Negros Pontões e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, além das comunidades remanescentes de quilombolas, que observam a resistência e permanência da cultura negra também no sertão. Todos esses símbolos são hoje entendidos como referências culturais locais, em especial, da Festa do Rosário, que reúne moradores da cidade, membros dos mais diversos grupos folclóricos, e visitantes que vêm participar dos festejos.

Em Pombal, destacam-se também outros elementos que compõem o cenário patrimonialista analisado aqui. Exemplos disso são: Praça Getúlio Vargas, Coluna da Hora, Coreto e Praça do Bar Centenário, construídos por volta das décadas de 1930-1940. Essas construções formam o centro histórico de Pombal, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), em 2002. Pombal, ao longo das décadas, vem se desenvolvendo e mesmo hoje seu centro cresce e novas necessidades surgem, mas ainda assim é visível a busca de maior proteção e visibilidade para as referências culturais do município por alguns grupos e indivíduos que se mobilizam, como será visto mais adiante.

2 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO EM POMBAL — DIFERENTES FORMAS DE ACESSAR O PATRIMÔNIO

Em meio a esse contexto, representantes da sociedade civil, em 2006, e a prefeitura municipal de Pombal, em 2009, solicitaram ao Iphan o tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Por não se apropriarem ou por desconhecerem os possíveis mecanismos relacionados ao registro dos bens culturais⁴ imateriais, foi incluído, como parte do pedido de tombamento, uma solicitação de reconhecimento das manifestações culturais associadas à Festa do Rosário.

4. Com base na perspectiva de Aloísio Magalhães (década de 1970), utilizo o termo “bem cultural” neste texto por meio da formulação de uma concepção abrangente deste conceito, incluindo nele os bens histórico, ecológico, tecnológico, a arte, o fazer e o saber. Esses bens podem ser definidos como resultado do processo cultural pessoal e coletivo, reconhecidos por seu valor simbólico e econômico.

Com base nessas solicitações, desde o ano de 2007, a Superintendência do Iphan na Paraíba vem realizando alguns trabalhos com a igreja, como visitas técnicas e reuniões juntamente com a comunidade paroquial para discutir propostas de restauro da igreja e mesmo de patrimonialização. O posicionamento da instituição se ampliou nos últimos anos (2014-2017), a partir de seu interesse também pelos seus festejos, ou seja, visualização da Festa do Rosário como uma demanda de patrimonialização. Pensa-se ainda na avaliação e identificação do que poderá ser inserido em um possível instrumento de proteção para as referências culturais do município, seja o tombamento, registro ou outros⁵.

Nesses últimos anos, têm sido organizadas pelo Iphan/PB as mais diversas reuniões com a participação de representantes de instituições, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), a paróquia de Pombal (forte presença do pároco Padre Ernaldo Sousa) e sujeitos interessados em projetos que envolvessem o restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Grande parte dessas reuniões foram realizadas na própria sede do Iphan/PB. Em algumas oportunidades, houve também a participação de representantes dos grupos folclóricos de Pombal, com os quais foram debatidos, por meio de iniciativa do Iphan/PB, estratégias para a valorização dos grupos e mesmo da Festa do Rosário. Comumente foram realizadas no município de Pombal, aproveitando as diversas visitas ao local realizadas por técnicos do Iphan/PB e também com a minha participação.

Relacionando os trabalhos que foram iniciados em Pombal com a política atual de patrimônio cultural, consideramos que o processo de patrimonialização dever ser iniciado com a identificação e reconhecimento dos bens culturais, mas sendo os detentores desta cultura os protagonistas do processo. Como identificadores de nós centrais, neste caso, cito e considero a Festa do Rosário e tudo que a forma, como membros de grupos folclóricos, representantes da paróquia de Pombal e a própria comunidade detentora da festa, por acreditar que é a festa responsável por unir em seu espaço e sua significação esse conjunto de elementos.

5. Informações constantes em ofícios e memorandos consultados na instituição.

Assim, neste processo de identificação se faz necessário o empenho em reconhecer quais são os bens culturais que compõem as relações sociais do município; qual sua dinâmica; e quais suas necessidades, mas a partir da experiência e protagonismo dos indivíduos detentores.

Nesse sentido, é importante levar em conta o conceito estruturante de referências culturais (FONSECA, 2006) como sentidos e valores atribuídos aos diversos domínios e práticas sociais e, por isso, marcos de sua identidade e memória, no sentido de dialogar com a própria comunidade cultural como forma de compreendê-la, atingi-la e sensibilizá-la.

Essas atividades permitem a constituição de trabalhos mais participativos, incluindo comunidades na identificação e no reconhecimento de suas próprias referências culturais e, só então, tornando possível a elaboração de estratégias de valorização, fomento e proteção dessas referências já identificadas.

Diante de tudo que foi posto e da vasta literatura existente no campo do patrimônio cultural, também observamos a existência de diferentes instrumentos utilizados para a preservação e proteção do patrimônio cultural. Deste modo, encontramos na metodologia do Inventário Participativo⁶ uma das formas democratizantes para a identificação e o reconhecimento do patrimônio cultural e, conseqüentemente, resultando em sua proteção. Faz-se necessário que esta metodologia seja realizada junto à população, não apenas nas escolas, indicando referências culturais, que segundo o olhar da comunidade, sejam reconhecidas e protegidas. Assim, justifica-se aqui a não indicação de demais elementos que sejam “potenciais” para o tombamento, ou outra medida de reconhecimento como patrimônio cultural, mas que eles possam ser identificados por seus detentores independentemente de sua patrimonialização, culminando em sua proteção.

Outro caminho para reconhecimento de referências culturais e que

6. Os “inventários participativos” foram criados inicialmente em parceria do MEC com o Iphan para serem trabalhados no Programa Mais Educação, nas oficinas de educação patrimonial. Sua metodologia é inspirada no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sendo simplificado para a utilização em sala de aula. Em 2016, o Iphan lançou publicação com uma nova adaptação das fichas de inventário para serem utilizadas em processo participativo de reconhecimento de bens culturais. Por suas fichas serem mais acessíveis ao uso, o Iphan/PB pensou em sua utilização para trabalhar inicialmente a identificação de referências culturais no município de Pombal, que podem ou não serem consideradas para o registro ou tombamento.

relacionamos diretamente com a realidade de Pombal é a ideia de pensar na paisagem. O conceito de paisagem ainda não está bem estruturado em instituições como o Iphan, mas há muito tempo vem sendo discutido e pensado. Isso significa pensar em características que se associam ao cultural e natural, entre o material e o imaterial, abordando um sítio inteiro em sua complexidade (RIBEIRO, 2007, p. 106), salientando a relação homem e natureza. Também podemos abordar aqui uma perspectiva de paisagem por meio de rotas e caminhos, ou mesmo lugares, estabelecendo novamente essa relação entre homem e natureza. Deve-se compreender paisagem como aquela alterada pelo homem, deste modo, como é papel do patrimônio cultural, a paisagem cultural deve ser identificada por meio de atribuição de valor. Isto aqui é pensado posto que as relações naturais (o Rio Piranhas, no qual o município foi formado, e todo o espaço, constando a Festa do Rosário, as procissões realizadas durante as celebrações religiosas) de com as relações culturais (os bens culturais e todos os elementos que formam, por exemplo, a Festa do Rosário). Esse pensamento não está ainda bem articulado, entretanto, colocou-se aqui como possível proposta a ser pensada pelo município de Pombal.

Deste modo, foram apontadas ideias ainda em discussão no próprio Iphan, mas que podem ser pensadas em conjunto para trabalhar universos complexos como o encontrado em Pombal. Outros pontos também podem ser pensados e discutidos mais à frente, pontos para pensar o papel de uma patrimonialização democrática, que vise aos seus detentores como reais protagonistas.

3 UM OLHAR MAIS AMPLO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

Como dito no início do texto, o município de Pombal foi se expandindo a partir do rio, onde localizava-se sua primeira capela e o primeiro acampamento. Os prédios que foram construídos no local, primeiramente, correspondiam a prédios religiosos, administrativos e de controle da população (Câmara e Cadeia). Também é apontada a relação com os remanescentes de quilombos Daniel e Rufinos, do Sítio São João. O primeiro, uma comunidade localizada na zona urbana e o segundo, na zona rural de Pombal, ambos certificados pela Fundação Palmares, em junho de 2011.

Fruto desta relação entre os remanescentes de quilombos urbanos

e rurais de Pombal e expressões culturais⁷, devem ser considerados como objeto fértil para política de preservação. Nesse sentido, salienta-se a importância da educação patrimonial para estabelecer diálogo constante com a população, algo já iniciado em Pombal e que necessita ser aprofundado, por meio do apoio, também, das instituições públicas.

Observamos que em cada contexto uma nova discussão surge em meio ao patrimônio cultural. Longos foram os anos em que a discussão era a proteção da cultura material, tombamentos de casas de câmara e cadeia, conventos e igrejas, tombamentos de bens isolados, monumentais e de valor excepcional. Mesmo os tombamentos de centros históricos eram concebidos pela somatória de valores individuais isolados, concebendo, assim, o tema patrimônio cultural como campo de constante disputa, como bem argumenta Regina Abreu:

Desse modo, é importante salientar que a noção de Patrimônio foi formulada no contexto da sociedade ocidental moderna e que está diretamente ligada a uma noção de herança particular que pode não fazer sentido em outros contextos. Entretanto, é também importante salientar que a noção de Patrimônio, como ocorre com o campo da linguagem, é uma noção dinâmica, onde diferentes significados vão se justapondo no embate entre políticas de lembranças e de esquecimentos (ABREU, 2006, p. 4).

Atualmente, as discussões são outras e os processos de patrimonialização também. São exigidas das instituições uma postura em que as palavras de ordem são “processo democrático”. Assim, cada vez mais são exigidos processos que sigam este caminho, como pode ser verificado pelo tombamento do centro histórico de Iguape-SP. Nascimento e Scifoni (2015) descrevem o processo de Iguape-SP da seguinte maneira:

[...] o estudo de tombamento passou a compreender seu valor nos processos sociais de urbanização da cidade, contemplando suas muitas expressões materiais, bem como a sua sobreposição. Outro aspecto funda-

7. Termo abrangente, o qual foi utilizado para definir o meio, ou seja, fazeres e saberes, que sujeitos e/ou grupos sociais realizam sua produção cultural. Produção cultural resultante da criatividade cultural dos indivíduos e/ou grupos sociais com significado simbólico imprimidos de sua identidade cultural que a exprimem e extrapolam os valores comerciais.

mental do estudo foi a sua construção de modo indissociável da educação patrimonial, em diálogo constante com a população local, tendo como parceiro a Prefeitura Municipal, apoiando com recursos e logísticas. (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015).

Processo baseado em um tombamento nacional em um sítio urbano que é testemunha de um acontecimento histórico estabelecido por uma relação, refletindo uma patrimonialização abrangente e integrada. O primeiro passo para o desenvolvimento deste processo foi a produção de estudos técnicos que permitiam conhecer a área, também princípio de estudo para o tombamento.

Remetemos também ao conceito de “cidade-documento” com base nas novas discussões, apontando a inclusão do conceito no processo de Pombal. Perspectiva de que o crescimento urbano e sua materialidade fazem parte de um processo histórico, econômico e social de produção urbana. O patrimônio faz parte do testemunho histórico e dos processos sociais e culturais.

Mais do que explicitar os diversos repertórios que podem ser acionados nos processos de patrimonialização de bens culturais, essa diferença corrobora a reflexão, pertinente neste trabalho, de que a cidade deve ser vista em perspectiva histórica. O fenômeno urbano, também mutável e dinâmico (SANT’ANNA, 1995, p.31), se formata enquanto documento dos processos econômicos, sociais e políticos da formação das cidades e, portanto, dos tempos pelos quais ela atravessa e dos grupos humanos que a constituem. Ainda segundo Sant’Anna (1996, p. 209), dentro desta perspectiva, as cidades incidem em objetos de informação sobre a organização e vida cotidiana de uma sociedade, representando um documento de sua história assim surge o conceito de cidade-documento.

Deste modo, podemos verificar em Pombal que os processos históricos de formação do município são o ponto-chave para o estudo dos bens materiais, edificados, naturais e imateriais, incorporando os conceitos de paisagem sob esse olhar e inseridos também na Festa do Rosário.

Assim, percebe-se, por meio da compreensão histórica, as relações estabelecidas com a natureza:

Apontamos aqui o Rio Piranhas como motivador do local de ocupação. Assim, a identificação do Rio Piranhas e sua provável extensão pelo interior da colônia, revelam a possível potencialidade da ribeira que lhe era circunscrita. O que ratifica tal hipótese é o fato do povoamento da colônia ter acompanhado a direção natural das principais ribeiras que se davam a conhecer a partir do litoral (SARMENTO, 2007, p. 34).

Verificada não como uma ocupação espontânea, mas com argumentos plausíveis de instalação, vista também como mecanismos de maior proteção e busca de recursos da colônia (ideal metalista — busca de metais no interior da colônia e aprisionamento dos indígenas para mão de obra).

Desta forma, pretende-se uma visão integradora do patrimônio cultural, superando a visão de patrimônio edificado, identificando como algo mais complexo, compreendendo os bens a partir de sua relação com o conjunto urbano e não individualmente, e inserindo a Festa do Rosário nesse universo, a qual relaciona todas as referências de imaterialidade e materialidade, inclusive, as constantes desse traçado urbano formado no centro histórico de Pombal.

Portanto, indica-se que existam conversas/diálogos promovidos sobre temas relacionados à preservação; oficinas de formação; trabalho com roteiros sensoriais voltados à população local, visando a fortalecer os vínculos criados com o município. Verificando, assim, a necessidade atual de estabelecer políticas de patrimônio democráticas, com abertura à participação social, como condição para a patrimonialização, e também para a garantia do direito dos sujeitos do patrimônio de não se separarem de sua memória coletiva. Assim, como produzido em Iguape-SP, chamo a atenção para um processo que objetive a análise do todo, ou seja, dos processos sociais de construção da realidade do local, para entender sua realidade e necessidades. A educação patrimonial é essencial nesses processos, pois é baseada no diálogo com a população, os verdadeiros conhecedores da realidade local e suas necessidades.

4 A MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DE POMBAL (PB)

Diante do universo representado pelas referências culturais de Pombal,

é fácil observar na Festa do Rosário a reunião de elementos designados como patrimônio imaterial e material, como tanto dito aqui, aglomerados no espaço da Festa, os prédios históricos, entre eles a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde toda a celebração é realizada, e também a apresentação dos grupos folclóricos. Com isso, considero a Festa do Rosário objeto de análise do discurso patrimonialista mais completo para esta análise, com base na indissociação da materialidade e imaterialidade existentes neste contexto.

A Festa do Rosário é realizada anualmente, no mês de outubro, tendo início nove dias antes do primeiro domingo do mês, o que é passível de mudanças em anos eleitorais, quando a data do ápice da festa é transferida para não chocar com o dia de eleição. Uma procissão marca o início das celebrações, que segue em companhia dos grupos da Irmandade do Rosário e dos Negros dos Pontões até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde se realizam o hasteamento da bandeira, a queima de fogos e a missa oficial de abertura da festa.

FIGURA 5

Primeira noite da Festa do Rosário de Pombal, em 2015. Celebração da missa, apresentação dos grupos folclóricos, barracas de comida e brincadeiras no parque. Foto: Acervo Iphan/PB.



Durante nove dias, são realizadas celebrações religiosas, além de jantares promovidos pela paróquia de Pombal, barracas de venda de comida e brincadeiras nos parques, como parte das celebrações profanas e apresentações dos grupos folclóricos citados anteriormente.

Os grupos folclóricos referidos são presença constante na festa, como citado anteriormente, em vários momentos das celebrações. No último dia, os festejos são encerrados com outra procissão, que termina em uma grande missa campal em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ao fim da missa, todos os grupos folclóricos se apresentam, celebrando um grande encontro que é símbolo da cultura regional. Além dos grupos como os Congos, Irmandade do Rosário e Negros dos Pontões, são inseridos também o Reisado.

Como dito no início, o espaço utilizado para essas expressividades é a proximidade de entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no centro do município de Pombal. Os parques são instalados em seus arredores. As missas são realizadas em palco instalado em frente à igreja, considerando o pouco espaço em seu interior, não comportando as pessoas que frequentam as celebrações; e as apresentações dos grupos folclóricos são realizadas no largo da igreja.

Desta forma, podemos notar as relações entre esses dois universos, ainda que trabalhados de forma separada, mas que não fazem sentido de outra forma que não seja unindo-os. A materialidade não existe sem o sentido dado pela imaterialidade e, por sua vez, a imaterialidade não existe sem os suportes dados pela materialidade.

Notamos sua materialidade exposta em elementos como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, outras edificações que compõem o centro histórico de Pombal, suas ruas, suas praças, ou seja, o que compõe todo o espaço. Neste caso, o espaço estudado é o que compõe a Festa do Rosário.

Por outro lado, a imaterialidade está expressa no próprio significado da Festa do Rosário, nas danças e no simbolismo encontrado nos grupos folclóricos, nas brincadeiras do parque, nos ritos religiosos. Encontramos em Taise Farias (2011) uma relação mais determinante do contexto de Pombal:

Contudo, a representação material do patrimônio não vem só, ela está intrinsecamente ligada à sua referência imaterial, através dos seus símbolos, significados e valores. São os conjuntos de práticas sociais que

transformam os espaços repletos de significados, e que os tornam depositários de uma memória coletiva e/ou individual, tornando o patrimônio algo relevante para os sujeitos (FARIAS, 2011, p. 97)

Assim, a apropriação dos espaços da festa pelos indivíduos que a frequentam e que fazem parte da festa significa a simbologia expressa nesses espaços, ou seja, a materialidade não tem sentido sem os significados e símbolos existentes na festa. Por outro lado, a simbologia não tem sentido sem um espaço para existir. Grande exemplo desta relação é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, comumente utilizada para a Festa do Rosário, passando grande parte do ano fechada.

5 INTRODUZINDO ALGUMAS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL RELACIONADAS À FESTA DO ROSÁRIO DE POMBAL

Tendo como base alguns desses processos anteriormente descritos, enfatizando a função do papel da educação patrimonial, é possível constatar alguns aspectos específicos de valor simbólico que envolvem a Festa do Rosário e o universo relacionado a ela, importantes para um processo de patrimonialização democrático. Por exemplo, a coletivização da cultura. Neste caso, a identificação coletiva de resistência dos remanescentes de escravos, mesmo que exista a divisão entre o sagrado e o profano, que, apesar da notada divisão interna de funções e papéis sociais, acaba por se apresentar como um todo coerente na inter-relação dos grupos que compõem os festejos (ARANTES, 2001).

Notam-se ainda, por meio dessa construção baseada no diálogo, as características específicas e dinâmicas próprias das irmandades negras presentes na Festa do Rosário, já que, apesar de recorrentes na história afro-brasileira, elas sofrem influências entre os brincantes locais, adquirindo um caráter especial dentro desse contexto. Outra constatação válida e relevante no aspecto das referências culturais é que o valor dos grupos e sua inserção no espaço da Festa são justificados por seu referencial tradicional, onde a tradicionalidade dos rituais atua como argumento para sua permanência e continuidade.

É necessário, todavia, entender essa continuidade de forma dinâmica e processual — característica esta fundamental aos bens culturais, e não como uma coisa estanque. A ação governamental e as políticas públi-

cas ao redor da festa devem partir desse princípio, compreendendo seu contexto por meio do diálogo democrático e da ação participativa, único meio capaz de gerar respeito aos significados simbólicos dos festejos e não apenas sua exploração econômica e turística. Os agentes envolvidos, sejam eles detentores, brincantes ou moradores, devem, por sua vez, encontrar alternativas estáveis e estratégicas para a permanência de seus valores, por meio de práticas de incentivo, difusão do conhecimento e fomento de tais dinâmicas, articulando-se entre as esferas do poder público e entre os diferentes grupos folclóricos que as compõem.

Vale ressaltar que a Festa do Rosário surgiu a partir do desejo dos remanescentes de escravos de conquistar um espaço dentro de uma sociedade que priorizava sua elite branca. Na festa, eles criaram — e recriam a cada ano — um espaço onde todos, sem distinção, têm direito à participação, tornando-o, assim, um espaço de dinâmica daquela sociedade, de reconhecimento e, em especial, de memória, de encontro identitário e de tradição.

A ressignificação da identidade cultural e da memória do povo pom-balense deve fazer parte do processo de investigação, considerando a atribuição dos valores simbólicos supostamente resguardados pelos agentes encontrados em Pombal, evocando seus significados para seus contemporâneos e descendentes, através da ressonância sob seus bens tangíveis e intangíveis.

Pensando no conceito de referência cultural, no qual corresponde a relação entre o material e imaterial, também foi pensado um processo que possa proteger de forma unificada esse universo: “Enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais” (FONSECA, 2006, p. 88). A ressignificação da identidade cultural e da memória do povo pom-balense deve fazer parte do processo de investigação, considerando a atribuição dos valores simbólicos supostamente resguardados pelos sujeitos, evocando seus significados para seus contemporâneos e descendentes.

Refletindo a indissociabilidade existente entre o tangível e intangível, ou seja, do material e imaterial, e no trabalho dialogado com os sujeitos envolvidos e detentores das expressões culturais no município de Pombal, é que deve ser pensado o desenvolvimento de um trabalho de patrimonialização que envolva, mas não exclua, as expressões selecionadas por seus detentores para sua proteção.

Há muito tempo, as políticas voltadas para a educação patrimonial foram baseadas em processos de conscientização da população relacionada às edificações dos centros históricos patrimonializados, porém, não valorizados. Deste modo, a pretensão era convencer as comunidades do valor desses centros, chamando a atenção para a preservação. A utilização de folhetos e cartilhas não deve ser considerada como educação patrimonial, pode servir como instrumento auxiliar no processo de educação patrimonial, mas que não finaliza em si. Quando realizada como atividade única considerada ação de difusão, mais próxima de atividades de conscientização, algo distinto da educação patrimonial.

Ao longo dos anos, por meio de leituras e reflexões dos trabalhos e estudos de educadores e pesquisadores e de suas experiências bem-sucedidas na educação, permitiu-se a construção de princípios de reconhecimento e apropriação de referências culturais. A partir disso, foram construídos conceitos atuais de educação patrimonial:

[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p. 19).

O que se pretende nos contextos atuais, com o avanço das discussões sobre o tema, é tornar, e assim vem sendo, a educação patrimonial como área meio e não área fim, buscando por meio dela a identificação do que tem valor de patrimonialização juntamente com seus detentores. As ações de educação patrimonial são importantíssimas, considerando a possibilidade de participação das comunidades. Aliás, é um mecanismo que prevê o protagonismo dessas comunidades, onde se realiza a construção coletiva do conhecimento, sendo a comunidade conhecedora de suas referências culturais e a inserindo em significados associados às suas memórias.

Cabe também o processo de informação à população, informações dos possíveis instrumentos e ações disponíveis para tratar o patrimônio cultural. A comunidade e seus agentes estarão possibilitados, a partir do conhecimento prévio, a decidir quais ações deverão ser alcançadas, visando à valorização e proteção de seu patrimônio cultural. Segundo Átila Tolentino (2016), é interessante observar que as dimensões simbólicas dos espaços são consideravelmente mais vividos do que conhecidos, assim, devemos mais que conhecê-los. A educação patrimonial é essencial para a existência de um processo de reflexão, buscando as dimensões políticas, sociais e simbólicas do patrimônio cultural. Desta forma, devemos considerar que as práticas educativas são mais efetivas quando adaptadas às práticas cotidianas das comunidades (IPHAN, 2014, p. 21).

Em Pombal, ações estão sendo desenvolvidas por intermédio da Casa do Patrimônio da Paraíba (Iphan/PB). Uma primeira atividade já foi realizada: uma oficina para educadores da rede municipal de ensino, visando à capacitação deles para trabalhar com os Inventários Participativos, objetivando ainda que os conhecimentos da oficina sejam replicados com os educandos. A oficina foi realizada em fevereiro de 2017, ainda muito recente para avaliar seus resultados. O que deve ser avaliado é se as oficinas e todas as outras atividades realizadas deram voz aos sujeitos detentores das referências culturais e se principalmente provocaram um processo de reflexão e discussão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO EM POMBAL (PB)

Posto isso, foi observado que a gestão do patrimônio cultural se reflete num esforço de trabalhar em parceria, em criar redes de relações entre os diversos temas formadores do patrimônio cultural. “Cabe ao governo local ‘assumir o papel promotor da cidade, que consiste, em grande medida, em estimular e orientar as energias da população na direção do bem-estar coletivo e da convivência cívica’” (DUARTE JÚNIOR, 2012, p.116). Nesse ponto, observamos que o patrimônio precisa assumir um papel de equidade com as demais funções urbanas, sendo colocado como uma forma de promover harmoniosamente a cidade, visando ao seu desenvolvimento sustentável.

Muito há de se avançar para conseguir uma forma de gestão ade-

quada ao patrimônio. Muitas das experiências apresentadas acabam ignorando a complexidade do patrimônio cultural, traçando somente diretrizes ineficazes diante de um território tão vasto. Assim, acredita-se que é preciso pensar formas de gestão que busquem a participação democrática da comunidade e englobem o patrimônio cultural como um todo, valorizando os aspectos materiais e imateriais que o compõem.

O ato do tombamento de bens, conjuntos e sítios urbanos não deve ser feito de maneira isolada, como outrora. Ainda que algum bem de natureza material seja tombado isoladamente, os seus efeitos e a interferência que este instrumento causa produz reflexos diretos na construção espacial, cultural, econômica e social em sua área de abrangência. É nesse sentido que deve ser direcionado o possível tombamento isolado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, como solicitado por representantes da população local.

Além disso, muitas vezes um tombamento inibe, de certa forma, a dinâmica e organicidade inerente às cidades, sendo isto mais um fator que deve ser analisado mediante o ato do tombamento ou outra ação de patrimonialização, e as consequências futuras de sua apropriação. Por isso, a importância de pensar uma proteção mais abrangente.

A gestão do patrimônio cultural não deve conferir apenas ações que se restrinjam em operações como reforma e restauro, tampouco se limitar à materialidade das edificações presentes no sítio tombado. A compreensão de cidade-documento exige o manejo com os demais aspectos que constroem as narrativas de um território — aqui entendido como um espaço onde se estabelecem redes de relações sociais (CHUVA, 2008, p. 21), sendo imperativo pensar na preservação ancorando a memória de diversos grupos. Afinal, foram os sujeitos de tempos passados, e são os sujeitos do tempo presente, em sua correlação com a cidade, que deram e dão a dinamicidade do objeto em suas variadas dimensões: formal, documental, social, econômica, simbólica, funcional, vivencial etc. (CHUVA, 2008, p. 240).

O fim não deve ser a patrimonialização, mas, sobretudo, os usos dados aos bens e a gestão desses usos colocados como objetivo maior. Tudo isso pensado por meio do que foi discutido com a Festa do Rosário e tudo que está atrelada a ela (o espaço urbano ao qual ela pertence, os grupos folclóricos, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, os remanescentes de

quilombos, os caminhos das procissões), ultrapassando a ideia de tombamento isolado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

No caso do tombamento, registro ou mesmo outros mecanismos de patrimonialização, faz-se de primordial importância que não seja realizado do bem isolado, mas que ele se relacione com os múltiplos significados e relações estabelecidas com os diversos agentes envolvidos e que tenha sido e ainda seja importante para os contextos envolvidos, discutindo, assim, os seus usos.

Pensa-se em um processo de patrimonialização democrático em que deve ser considerada, como foi afirmado aqui, a participação popular desde a concepção dos trabalhos a serem desenvolvidos, sendo que algumas ações são indicadas considerando, logicamente, a individualidade de cada processo.

A comunicação deve ser um dos primeiros passos a serem dados neste tipo de processo. A comunidade deve ser informada sobre quais os instrumentos a que têm acesso e estão disponíveis, para depois ser discutido que tipo de trabalho deve ser desenvolvido para a proteção, seja neste caso o tombamento, registro ou qualquer tipo de mecanismo de proteção. Por outro lado, a comunidade detentora também deve informar quais suas necessidades e desejos.

Neste caso, as ações de educação patrimonial devem ser inseridas nesse processo não como ação informativa, mas sim como um processo de reconhecimento coletivo. A comunidade estará inserida por meio do reconhecimento, formulação, implementação e execução das atividades propostas, constituindo assim uma construção coletiva e reafirmando o processo de reflexão e discussão sobre as referências culturais reconhecidas.

Foi mencionada aqui a solicitação de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, mas ao considerar o potencial das referências culturais de Pombal, a comunidade deve ser responsável por essa construção do patrimônio cultural do município, a qual deve ser construída a partir de uma ação coletiva, verificando-se quais referências e procedimentos a serem implantados no município de Pombal.

Podem ser organizadas oficinas e rodas de conversas para que os instrumentos, as ações e as referências culturais sejam mais bem definidos. Assim, cabe a instituições como o Iphan o papel de mediador nesse

processo e não o de definidor. Como apontado na publicação do Iphan/Ceduc, *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*:

[...] as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores *a priori*, criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação a seu próprio patrimônio. Sua função é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural (IPHAN, 2014, p. 23).

Importante também inserir nessa fase do processo os Inventários Participativos e que eles possam ser utilizados não apenas nas escolas, mas que sejam aproveitados com as comunidades, contemplando, assim, a diversidade. Que possam estar inseridos nesses processos todos aqueles agentes locais que sintam vontade de participar da identificação, da proteção e do fomento das expressões culturais de Pombal. Podem ser citados, preliminarmente, como agentes comprometidos com a proteção e difusão do patrimônio cultural: escolas e instituições de ensino básico e superior; associação de moradores; coletivos não formalizados; grupos detentores de bens culturais protegidos e não protegidos; organizações da sociedade civil.

Articulação se dá a partir da identificação das expressões culturais que devem ser patrimonializadas. Construir o processo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário por meio da concepção de cidade-documento, possibilitando a construção de relação entre os bens selecionados. A igreja de Nossa Senhora do Rosário estaria inserida em um contexto maior. Sua patrimonialização pode ser estabelecida por meio de várias relações que a inseriram naquele contexto, seja com a Festa do Rosário e a relação com os remanescentes de quilombos, seja com os diversos grupos folclóricos e os diversos usos que lhe são atribuídos, os caminhos e as paisagens que façam sentido também ao contexto atual.

A partir dessa interpretação anterior, a patrimonialização estará inserida em uma perspectiva mais ampla e democrática, prevalecendo a diversidade e considerando os usos dados a esse processo. Estarão inseridos não apenas a materialidade mas, sobretudo, a relação entre a materialidade e imaterialidade, até mesmo ao se pensar em um processo de

tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Pois estará posto não apenas o seu grande valor arquitetônico, mas sim a sua relação com os vários sentidos que são atribuídos, e sua associação com a imaterialidade da Festa do Rosário, e significância para os grupos.

Importante também apontar como elemento desta patrimonialização a paisagem, como visto anteriormente, que fazem parte de relações estabelecidas entre a materialidade e imaterialidade, assim, a igreja e sua relação indissociável com a Festa do Rosário, as comunidades remanescentes de quilombolas, o caminho das procissões das celebrações religiosas, o rio. Ou seja, esse conjunto de elementos materiais e simbólicos, que juntos configuram noções indissociáveis que formam a paisagem cultural de Pombal, estabelecendo relações compreendidas por meio dos sentidos dados aos lugares.

No quesito apoio e fomento, acredita-se que pode ocorrer em forma contínua, até mesmo na fase de identificação dos bens culturais envolvidos na Festa do Rosário. Em especial, as ações de fomento podem ser orientadas para os grupos folclóricos, como Congos, Negros dos Pontões, Irmandade do Rosário e Reisado, que fazem parte da dinâmica da festa. Essas ações incluem rodas de conversas, que permitem, por meio do diálogo, sejam compreendidas as dinâmicas de cada grupo, como são inseridos no contexto da festa e quais suas necessidades e ensejos, possibilitando, como consequência, a valorização e o autorreconhecimento destes grupos como parte fundamental da cultura local.

Em suma, pensando nos procedimentos de patrimonialização atuais, neste caso atrelados à perspectiva das referências culturais de Pombal, mesmo que a comunidade tenha solicitado o reconhecimento e proteção de suas referências em âmbito nacional, é necessário que ela esteja incluída nos processos de patrimonialização. Neste caso, pensando também nas ações conjuntas de proteção, preservação e fomento do patrimônio cultural, os quais devem ser trabalhados juntamente com instituições públicas, no caso dessa última como mediadora do processo. Assim, foram postas aqui indicações para ampliação do processo caso sejam pertinentes no decorrer de discussões sobre ele.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Verneck. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Campina Grande: Martins, 2008.

ABREU, Regina. *Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. Simpósio ANT. 21 “Patrimônios culturais e identidades em contextos transnacionais: uma visão comparativa” – 52º Congresso internacional de americanistas – povos e culturas das américas: diálogos entre globalidade e localidade. Sevilha, Espanha, 2006. Disponível em <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/19patr_cultural_tensoes_e_disp_contexto_nova_ordem_discursiva-1.pdf>.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista TB*, Rio de Janeiro, 147, p. 129-139, out./dez, 2001.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. *Festa do Rosário de Pombal*. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (Org.). *Rotas da alforria: trajetórias das populações afrodescendentes na região de Cachoeira/BA*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

FARIAS, Taise Costa de. *Patrimônio cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal/PB 2011.143F*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In. IPHAN. *Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial – Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 4 ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

IPHAN. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos/texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote*. 2 ed. rev. ampl. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. *Sítios históricos brasileiros: monumento, documento, empreendimento e instrumento – o caso de Sobral/CE 2015.460F*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo– Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-08032013-154435/pt-br.php>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

MELO, José Otávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas de resistência*. 3 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

NASCIMENTO, Flávio Brito do; SCIFONI, Simoni. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2015, ISSN 1980-6809.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990) 1995.268F*. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, dez. 1995.

SARMENTO, Christiane Finizola. *Povoações, freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800 2007.163f*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In. TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). *Educação patrimonial* (recurso eletrônico): política, relações de poder e ações afirmativas. – Dados eletrônicos (arquivo PDF: 2 megabytes). João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. – (Caderno Temático; 5). Disponível em <<http://casadopatrimôniojp.com/>>.

Artigo recebido em: 26/08/2016

Artigo aprovado em: 03/07/2017